

## Mediatização do discurso científico\*

### INTRODUÇÃO

*Mediatizar* é um neologismo de aspecto ligeiramente barbárico que significa, em rápida definição, transformar um discurso para torná-lo adequado a uma difusão através dos meios de comunicação de massas, ou *media*. Numa acepção mais lata, mediatizar significa também tomar medidas conducentes a melhorar as condições de estabelecimento de qualquer tipo de comunicação: não só as que se baseiam em suportes tecnológicos (das quais são exemplo as várias modalidades de telecomunicações), mas também as que tendem a otimizar a qualidade da comunicação, directa ou diferida, entre a entidade-origem dessa comunicação e os seus destinatários.

Noutra perspectiva, mediatizar significa escolher, para um dado contexto e situação de comunicação, o modo mais eficaz de assegurá-la; seleccionar o *medium* mais adequado a esse fim; em função deste, conceber e elaborar o *discurso* que constitui a forma de revestir a substância do tema ou matéria a transmitir.

A problemática geral da mediatização é complexa e multiforme: para um especialista, são parâmetros significativos a dimensão e o grau de homogeneidade dos destinatários e a sua familiaridade com a matéria abordada; a natureza da mensagem a transmitir, em termos da dominância ou presença de elementos numéricos, icónicos, sonoros, escritos; o seu carácter expositivo ou argumentativo; o seu conteúdo, factual, opinativo, emocional; a duração, desde a mensagem telegráfica até ao documento de reprodução autêntica em tempo real.

Mediatizar, ou construir um discurso de comunicação, ocorre tanto ao preparar uma comunicação escrita ou uma conferência, como ao gizar um *video-clip*, como ao realizar um filme, como ao preparar uma homilia: a cada situação de autor e de audiência, o seu ritmo, a sua duração, o seu fio de desenvolvimento (seja ele lógico ou demagógico), o seu cenário, a sua figuração.

No acto de mediatizar integram-se, assim, a construção do discurso, as opções sobre o modo de veiculá-lo, a selecção do tempo e ambiente para a sua recepção; se tudo isto for conseguido, a comunicação estabelece-se,

---

\* O presente texto constitui a ampliação, sob forma escrita, da comunicação introdutória ao seminário «Mediatização do Conhecimento Sociológico através do Som e da Imagem», organizado pela Universidade Aberta e pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, sob a co-responsabilidade do autor, no ano lectivo de 1987-88.

a mensagem é transmitida e os destinatários aceitam-na e integram-na na forma proposta e em acordo com a intenção com que foi construída.

É mais fácil compreender as dificuldades de uma mediatização correcta, através da nossa própria experiência dos inúmeros casos em que ela não é conseguida. O filme que fez o espectador amargar o preço que pagou pelo seu lugar; o debate público que aborrece em vez de motivar; o esclarecimento ou comunicado que ninguém entendeu; a conferência em que não se ouviu, ou entende, o orador; o espectáculo que não distrai; a aula que os alunos não percebem; o livro que se põe de lado depois de lidas, com esforço ou irritação, as primeiras páginas.

O microfone que assobia, o projector que encrava, a transparência ilegível, o filme escuro ou desfocado, são outros tantos exemplos de discursos falhados.

A familiaridade com as tecnologias de comunicação; o domínio do verbal e do gestual; o conhecimento das linguagens *audio*, *video*, *scripto* ou informática, são exigências absolutas para uma mediatização minimamente adequada; junte-se um domínio perfeito do que se pretende transmitir e um conhecimento razoável das características da audiência — e ter-se-á, enfim, uma comunicação conseguida (Börje Holmberg<sup>1</sup>, 1985, pp. 65-77).

## DISCURSO CIENTÍFICO MEDIATIZADO: RECOLHA, ELABORAÇÃO E DIFUSÃO DE DADOS

Consideremos duas situações extremas de utilização da mediatização em contexto científico: a recolha de documentos autênticos, como forma de perpetuação do real; a difusão alargada dos resultados elaborados e finais de uma dada investigação. Para abreviar, designe-se a primeira situação como de *recolha bruta* de dados e a segunda como de *difusão alargada* de resultados.

### RECOLHA DE DADOS

No primeiro caso, localizado e identificado o tema da recolha, importará tanto mais efectivá-la, em termos de memorização e de documentação do real, quanto menor for o seu grau de permanência. No campo da etnologia, por exemplo, as designadas «pesquisas de urgência»<sup>2</sup> referem-se a situações ou fenómenos ameaçados de alteração drástica ou de extinção: a civilização que se vai modificar pelo contacto de culturas, o rito ou a tradição que se vão esquecendo, a povoação que irá ser destruída; mas também a situa-

---

<sup>1</sup> A obra de Börje Holmberg *Status and Trends of Distance Education* faz uma revisão exaustiva da investigação fundamental e aplicada sobre matérias de pedagogia e de tecnologia do ensino a distância. Com particular relevância para a problemática da construção do discurso científico mediatizado e da escolha dos *media* para veiculá-lo, ver os capítulos «Media for Non-Continuous Teaching», «The Choice of the Media» e «Language and Style».

<sup>2</sup> O conceito de «etnologia de urgência» nasceu em França no primeiro quarto deste século, quando se verificou a tendência para o desaparecimento dos traços culturais característicos das sociedades agrícolas tradicionais ou arcaicas. Inicialmente teorizado, o conceito veio a dinamizar investigação de terreno e sistematização de recolhas, tendo como consequência um forte impulso à actividade museológica (Isaac Chiva, 1985, p. 77).

ção única que importa registrar, seja ela resultante de uma catástrofe natural ou de um grande acontecimento social ou político.

Em todos estes casos, a recolha deve ser diversificada e exaustiva, tão prolongada quanto possível e em tempo real: fotografia, desenho, imagem animada, som ambiente, recolha de opiniões a granel, entrevista seleccionada.

Na preocupação de tudo conservar e de nada deixar perder, entra-se no domínio clássico do *multimedia*.

Outro tipo de situações, por continuadas ou porque regularmente repetidas, não necessitam de tão larga mobilização de meios: embora o fluir do tempo impeça a exacta reprodução do mesmo fenómeno, ocorrido em ocasiões diferentes, é mesmo assim possível completar uma recolha com dados obtidos posteriormente, esclarecer uma dúvida do investigador com uma nova campanha de terreno, ou aguardar o ano próximo para a repetição de uma efeméride.

A escolha do *medium* é nestes casos determinada pela natureza dos dados a recolher: transcrevem-se, fotografam-se ou fotocopiam-se documentos escritos de arquivos; medem-se e fotografam-se monumentos e construções; registam-se em filme ou em *video* actos ou movimentações de seres vivos ou de máquinas, registam-se em *audio* cantares ou entrevistas, escreve-se o preenchimento de questionários.

Em todos estes tipos de recolha deve imperar uma atitude de economia tecnológica e conceptual, por oposição a um novo-riquismo consumista: tal como se não deve usar a técnica de entrevista quando baste o uso de questionário, é desperdício o uso da câmara de filmar quando o dado relevante se recolha bem com um gravador de *audio*<sup>3</sup> ou quando, por estático, baste a fotografia para documentá-lo.

Em todos os casos de não urgência, a selecção do *medium* deve ser apenas determinada pela especificidade do discurso a recolher; sem esquecer que, não só a presença do investigador, mas também a da parafrenália tecnológica de que se rodeia, interferem significativamente com os seus interlocutores, modificando assim o real que pretende registrar.

De qualquer modo, os dados brutos recolhidos apresentarão possivelmente as características de superabundância, de ordenamento cronológico, de desigual relevância e interesse de conteúdo, de qualidade técnica e inteligibilidade variáveis. É tarefa do investigador responsável pelo plano de recolha estudá-los e seleccioná-los, separando o essencial do acessório, distinguindo o que é permanente do meramente flutuante ou ocasional, de modo a fazer a *validação* do material a aproveitar.

Para que os documentos recolhidos e validados possam ser passíveis de utilização subsequente, é necessária uma intervenção técnica de natureza diferente: a do documentalista, responsável pela classificação, indexação, referenciação e arrumação física dos documentos mediatizados que recebe.

<sup>3</sup> A economia de meios deve igualmente aplicar-se à escolha do nível e qualidade do equipamento, posterior à opção do *medium* a utilizar.

Como exemplo do que se afirma, considere-se o caso da entrevista sociológica, destinada a recolher informação adicional em relação à que se obtém por meios mais extensivos, como o inquérito ou a sondagem de opinião. É óbvio que a única exigência de qualidade da gravação *audio* que para esse fim eventualmente se utilize é a de completa inteligibilidade da matéria recolhida. Há toda a vantagem e nenhum inconveniente em utilizar material robusto, barato e de dimensão discreta, em vez de sofisticado e sensível (logo, necessariamente volumoso e «agressivo» à vista, pela sua simples presença).

Constitui-se assim um *corpus* documental, coerente, ordenado, inteligível, relevante; acessível no espaço porque fisicamente arrumado e, conceptualmente, porque referenciado e indexado, segundo os critérios que predefiniram a sua própria recolha, em função dos interesses científicos que lhe estão na base.

Não cabe aqui abordar os problemas de índole documentalística que respeitam à natureza intrínseca do documento e ao seu específico suporte material: bastará afirmar que a organização de um centro de documentação científica *multimedia* é tarefa árdua e especializada<sup>4</sup>.

#### DIFUSÃO DE DADOS

Totalmente diferente do anterior é o problema da construção do discurso científico que vise a difusão de dados elaborados: enquanto, no respeitante à recolha de informação em bruto, é o investigador qualificado o seu mais directo utilizador, no caso presente ele transforma-se em ponto-origem do discurso, sendo os destinatários possuidores de perfis eventualmente muito diferentes, como o podem ser as suas qualificações e experiências.

A construção de um discurso mediatizado, referido embora à abordagem de um mesmo tema, reveste aspectos substancialmente diferentes consoante se dirija, por exemplo, a um conjunto de investigadores da mesma especialidade; a uma turma de estudantes universitários; a uma classe de alunos do ensino secundário; ou a uma audiência aberta de público indefinido e, *a priori*, com características heterogéneas de estrato social e cultural, de idades e de interesses. Varia ainda o discurso com a dimensão da audiência, com o espaço onde se processa a comunicação, com o seu carácter diferido ou em directo; com a presença ou ausência de elementos distractores; com a motivação prévia dos destinatários (sobre esta matéria ver Colin Young, 1988, pp. 7-30).

Assim, pode um mesmo documento em suporte fílmico constituir um sucesso de comunicação numa sala de cinema e ser um fiasco se transmitido pela televisão. Um dado conjunto de imagens pode não apresentar nexos se lhe faltar o comentário apropriado, mas torna-se inteligível com uma pequena intervenção do comentador; ou, pelo contrário, transforma-se num documento massudo quando o comentário for palavroso, gratuito e redundante em relação à força própria das imagens. É muito frequente este tipo de erro em programas de televisão tidos como de índole cultural.

Por vezes, a falta de qualificação científica do autor procura esconder-se atrás de um comentário superintelectualizado, frequentemente pomposo e deslocado; se a deficiência decorre da falta de conhecimentos sobre o discurso próprio dos *media*, observam-se erros no ritmo ou na construção vocabular do comentário, bem como uma tendência para fornecer excesso de informação e excesso de argumentação, as mais das vezes com a palavra em competição antagónica com a imagem.

Compreende-se, assim, um pouco da impaciência de alguns entrevistadores da rádio e da televisão perante o especialista que tenta explicar em 90

<sup>4</sup> Ver, por exemplo, o modelo de ficha de classificação para material videográfico desenvolvida no Centro de Documentação da Universidade Aberta por Paulo Ramos. A aparente simplicidade do modelo não traduz o volume do trabalho de pesquisa e ensaio necessário para assegurar a sua total funcionalidade.

ségundos as raízes históricas, a fundamentação filosófica, a motivação personalizada e as condicionantes estruturais e conjunturais da sua opinião, em relação a uma pergunta que talvez pudesse responder-se numa frase rápida de uma dúzia de palavras.

Os prolegómenos inúteis, a elucubração de profundidade abissal, o circunlóquio interminável, o raciocínio imbricado e tortuoso, o vocabulário polissilábico pedante e ultra-erudito, o jargão hermético, com que frequentemente somos mimoseados através dos *media*, explicam o aborrecimento que causam alguns programas e o sucesso quase generalizado alcançado por outros.

Deixando de lado, por não ser do nosso interesse imediato, o discurso de *divulgação*, isto é, o dirigido a audiências heterogêneas e não qualificadas na matéria em questão, levanta-se, como desiderato primeiro para a mediatização do discurso científico, a necessidade de assegurar a evidência do seu fio lógico condutor. Isto porque o destinatário merece a presunção de comunicar racionalmente, pelo que a eficácia dessa comunicação é majorada quando lhe seja apresentado, logo de início, o plano do discurso que se propõe transmitir-lhe. Esta é uma regra que muitos dos nossos conferencistas ou docentes, infelizmente, ignoram, não habilitando os seus interlocutores com a mercê de um simples plano de exposição, de um índice ou sumário de lição.

O ordenamento do discurso propriamente dito deve ser lógico, embora não necessariamente cronológico: é trivial o *flashback* da referência histórica, ou a segmentação em fatias de uma dada sequência temporal, por exigências de arrumação temática.

Mas não pode esquecer-se também a humanidade dos destinatários, que, por mais motivados que se encontrem, estão sujeitos a fadiga de atenção, a cansaço físico, a saturação ou diversão do pensamento: todo o «comunicador» profissional conhece as vantagens da flutuação cíclica da intensidade da voz, as virtudes de um parêntese distractor, permitindo uma relaxação momentânea da atenção; bem como a estratégia da alternância dos pontos de mais alto interesse com os períodos de relativo *anti-climax*.

Em diálogo presencial, a variedade construída do discurso joga-se tanto no conteúdo como na forma; ainda, nas modulações da voz, no gesto variado, na movimentação «em cena». Nestes termos, comparem-se as *performances* de um conferencista nas situações de sentado a uma mesa, em pé atrás de um púlpito de leitura ou, em situação extrema, como único elemento, isolado, num palco vazio. As mesmas situações, quando registadas por uma câmara de *video*, dão resultados completamente diferentes, pois que os planos longínquo e aproximado modificam radicalmente o enquadramento da imagem do apresentador; o seu movimento em cena, que presencialmente era factor positivo para manter uma atenção desperta do auditório, torna-se no pequeno *écran* um elemento desnecessário e fortemente distractor.

No entanto, e de um outro ponto de vista, é insuportável em televisão manter a imagem centrada sobre uma única personagem e cenário durante mais de alguns minutos; ao invés da situação normal em aula ou conferência, onde a mesma situação, com duração de uma hora, pode não aparecer como excessiva. A solução correctiva evidente consiste na «ilustração» do discurso verbal do apresentador por meio de inserções relevantes para as

ideias expostas: imagens estáticas ou em movimento, legendas, desenhos, gráficos, etc. A nova imagem pode aparecer em substituição da do apresentador (continuando a ouvir-se a sua voz) ou, em sobreposição, ocupando uma parte apenas do *écran*.

Estas considerações servem para ilustrar uma afirmação que é necessário enfatizar e reiterar, por contrária a tendências algo simplistas de raiz intuitiva: a de que importa distinguir firmemente entre uma linguagem presencial, directamente registada em suporte magnético *video* ou *audio*, e os discursos mediatizados correspondentes, quando especificamente concebidos para qualquer destas últimas linguagens. Dito de outro modo: as operações de mediatização do discurso científico transcendem, de longe, o simples acto de registo de uma comunicação directa.

Na realidade, cada um dos discursos dos *media* tem particularidades e limitações, linguagens, vocabulários, ritmos e durações diferenciados e característicos: tal decorre, por um lado, da natureza do *medium* e, por outro, da própria experiência adquirida, trivialmente, pelos destinatários.

Um exemplo do que se afirma pode ser buscado ao caso de *medium* televisivo (Max Egly<sup>5</sup>, 1984, pp. 98-100). Desde muito novos habituados às formas, códigos e modas da linguagem veiculada pelo pequeno *écran*, familiarizámo-nos com as sequências rápidas e de frequente mudança, com a frase curta e gramaticalmente simples, com o argumento linear e directo, com módulos temáticos cada vez mais curtos (Armando Rocha Trindade, 1986, pp. 61-71). No que respeita à imagem propriamente dita, os sistemas de televisão actuais, para uso doméstico, não oferecem a resolução, a definição, o contraste e a riqueza de tonalidades a que nos habituáram a fotografia ou o grande *écran* do cinema; não são legíveis os pormenores longínquos, não resultam as sobreposições de múltiplos planos de profundidade. Joga-se, por conseguinte, com o movimento e com o encadeamento, como formas de manter desperta a atenção.

A vantagem principal do *medium* televisivo em relação ao cinema reside no preço do suporte: a fita magnética é barata, não requer qualquer processamento e pode ser reutilizada inúmeras vezes. O facto de o registo ficar imediatamente acessível ao visionamento, para controlo da qualidade ou da suficiência de conteúdo, é outro grande trunfo que milita em desfavor do cinema.

No caso do *medium audio* são outros os problemas: a alta qualidade a que nos habituou a audição da rádio ou de gravações em disco ou em *cassette* torna-nos exigentes em relação a distorções de som, corte de frequências, flutuações de amplitude, presença de ruído. Assim, em gravações com qualidade profissional, não só o equipamento de recolha de som deve preferivelmente ter especificações exigentes, como se exige adequado controlo técnico da recolha e suficiente qualificação de quem utiliza o microfone.

Se, pelo contrário, se pretende apenas recolher um discurso oral pelo valor intrínseco do seu conteúdo, quiçá a solução mais simples seja efectuar o

<sup>5</sup> Um estudo muito aprofundado sobre o *medium* televisivo em aplicação educacional foi produzido por Max Egly em 1984. Em particular, é de realçar o seu conceito de «sistemas de televisão do 3.º tipo», como possuidores de um potencial ainda não utilizado de inovação no domínio da comunicação científica e pedagógica.

registo com um magnetofone amador e transcrever posteriormente, por escrito, os propósitos gravados<sup>6</sup>.

Algumas notas apenas sobre o discurso informático. Nos dias que correm, e devido ao facto de se poderem introduzir em computador dados de natureza muito variada, característicos das outras linguagens da comunicação (dados numéricos, alfabéticos, gráficos e outros tipos de imagem, fixa ou animada, ou sonoros); devido ainda a que esses dados podem ser subsequentemente processados, assumindo à saída diversos tipos de linguagens; finalmente, devido à circunstância de as unidades informáticas poderem interligar-se através de redes próprias ou recorrendo à existência dos circuitos telefónicos — pode considerar-se que a linguagem informática ganhou direito a ser incluída, como constituindo um tipo novo, no conjunto dos discursos mediatizados.

Em situação de recolha de dados científicos, estes têm de revestir forma adequada à sua introdução na memória do computador, isto é, têm de ser compatíveis com a «porta» de entrada do sistema informático. A situação mais trivial é a da memorização de listagens de grandezas significativas, destinadas a constituir um banco de dados. Tal introdução pode ser feita manualmente, através do teclado de acesso; uma outra solução corrente é a leitura automática de sinais escritos, aplicada, por exemplo, ao escrutínio óptico-informático de questionários.

No que respeita a pesquisas que futuramente recorram a tais bancos de dados, a tarefa do estudioso resume-se a conhecer o modo de aceder à informação em memória, o que pode, em certos casos, revestir alguma complexidade. As demoras desse processo podem ser minimizadas quando o conceptor do respectivo programa de introdução e indexação tenha previsto encadeados lógicos que permitam ao utilizador o mais fácil acesso à informação disponível (índice de temas e palavras-chave, *menus*, etc.).

No caso da linguagem informática, as suas exigências principais são o rigor de formulação e a unicidade de significação, sem o que o sistema lógico do computador carecerá de dados para executar as operações que lhe são solicitadas.

## ALGUNS PROBLEMAS DE MEDIATIZAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

### RECOLHA, PESQUISA E DIVULGAÇÃO: A PROBLEMÁTICA DA OBJECTIVIDADE

Tempos houve em que se supôs que o recurso a meios materiais para recolha e memorização de informação retirada da realidade circundante garantia automaticamente a fidelidade (e, por conseguinte, a objectividade) dessa recolha. Nessa perspectiva um pouco ingénua, considerou-se que a fotografia, o filme ou o registo sonoro, quando autênticos (isto é, não sujeitos a trucagem ou outras distorções intencionais), conferiam garantia de objectividade completa à realidade que representavam. Considerava-se que o efeito

<sup>6</sup> O equipamento em causa, típico material do cientista social em trabalho de campo, custará uma dezena de contos; mas para recolher, por exemplo, documentos autênticos de música popular, como o fez Michel Giacometti (*Antologia de Música Portuguesa, Arquivos Sonoros*), será necessário contar com largas centenas de contos para aquisição de equipamento.

do elemento humano seria necessariamente menorizado pela impessoalidade dos equipamentos, ultrapassando-se assim problemas de preconceito, de emocionalidade, de enviezamento intelectual (Rovílio Costa, 1976, pp. 11-14).

Ora, na realidade, o problema da objectividade não fica resolvido pela interposição de elementos inanimados entre o observador e a realidade que pretende apreender e, futuramente, transmitir: a exacta escolha de situação e momento a retratar, a proximidade ou o distanciamento físico adoptados, o controlo técnico dos graus de liberdade do equipamento (posição, escolha de plano, amplificação, filtragem, etc.), constituem afinal selecções e manipulações da parte da realidade que pretendemos apreender (Gisèle Freund, 1974, pp. 153-173).

No caso da recolha em suporte *video* para registo, por exemplo, de uma ocasião festiva com conteúdo relevante para uma análise antropológica, o exacto local de colocação da câmara, o ângulo de tomada de vistas, a profundidade de campo, os primeiros planos focados, o controlo do diafragma, a utilização do *zoom*, as panorâmicas e as tomadas fixas condicionam totalmente o resultado final de recolha. Assim se distingue um bom de um mau orientador da filmagem<sup>7</sup> e um bom de um mau operador de câmara; do mesmo modo, duas equipas independentes, actuando em relação ao mesmo acontecimento, darão dele dois «retratos» diferentes.

O problema agrava-se ainda mais quando o documento é «tratado» em pós-produção, para transformá-lo<sup>8</sup>, tendo em vista a sua utilização em investigação, em ensino formal ou para divulgação: o alinhamento para a montagem, implicando a rejeição de trechos e, possivelmente, uma nova ordenação das seqüências, e a introdução de comentários ou de fundo musical — conduzindo quiçá a um documento mais explícito, mais coerente e esteticamente mais satisfatório — acabam por constituir formas de manipulação da atenção e do interesse do espectador, tentando conquistá-lo emocionalmente ou conduzindo-o a partilhar os sentimentos do autor em relação à situação retratada (Jean-Dominique Lajoux, 1979, pp. 105-166).

Uma das opções mais dolorosas nessa matéria é a rejeição, por estrita razão da falta de relevância em relação à matéria tratada, de trechos de imagens particularmente espectaculares, expressivas, belas ou exóticas; a sua inclusão indevida do ponto de vista científico constitui um acto de demagogia, ou seja, a utilização de «linguagem» que agrada, mesmo que não pertinente ou representativa.

<sup>7</sup> Ao contrário do que se passa em televisão ou cinema comercial, em relação ao primado e onnipotência do realizador, em mediatização científica, o papel do investigador substitui-o como fonte de decisões e de opções finais. Nem sempre é indispensável a existência de um realizador, mas, quando este exista, terá de subordinar-se às orientações do responsável científico — o que exige deste um mínimo de conhecimentos em matéria de mediatização, pois que bom senso e intuição não são, em geral, suficientes.

O problema, hoje perfeitamente claro, com experiência adquirida em duas décadas de prática de produção de documentos mediatizados para ensino a distância, já era no entanto assinalado como grave nos documentos preparatórios apresentados no IX Congresso Internacional de Ciências Antropológicas e Etnológicas, que se realizou em Chicago, em 1973.

<sup>8</sup> A transformação referida é tanto determinada pela função específica do documento mediatizado a produzir como, sobretudo, pelo contexto cultural a que é, finalmente, destinado.

Um excelente ensaio sobre as relações entre fundo cultural e mediatização, baseado em experiências vividas do seu autor, foi apresentado em 1981 no seminário «Comunicação de Massas e Ensino a Distância», por Michel Têtu (1983, pp. 33-46), da Universidade Laval, Québec.



A INTERFERÊNCIA DO OBSERVADOR

Constitui um facto conhecido que, não só a presença do observador, mas também (e talvez sobretudo) a presença visível dos equipamentos que utiliza, perturbam, condicionam e modificam a própria realidade; mas a alternativa inversa, de microfones ou de câmara invisíveis, é de utilização eticamente discutível.

Nos casos em que se torna necessária uma recolha em *video* com qualidade profissional está necessariamente envolvida uma equipa de, pelo menos, meia dezena de pessoas, equipamentos diversificados e volumosos, projectores de iluminação e microfones, tudo interligado por uma rede de cabos. Em conclusão, aquela unidade de recolha constitui um núcleo extremamente visível, que obviamente interfere com a realidade circundante: não é possível, nessas condições, ter uma presença discreta, como seria desejável. Por outro lado, qualquer que seja a afiliação institucional ou o objectivo daquele trabalho, gera-se imediatamente a interferência do «Está aqui a Televisão» (subentendendo-se a RTP), dando lugar imediatamente a uma expectativa, para os presentes, de estarem a «actuar» para uma audiência alargada de milhões de espectadores. Daí resulta, naturalmente, um condicionamento artificial, que faz perder a «verdade» do facto registado.

REPRESENTAÇÕES SIMBÓLICAS E MEDIATIZAÇÃO

O estudo das representações simbólicas em ciências sociais reveste particulares dificuldades, como todas aquelas outras questões que relevam de processos valorativos e afectivos.

O símbolo é, afinal, o substituto palpável de uma formulação conceptual, situada quiçá ao nível do inconsciente. Quando a simbólica assume características de adopção colectiva, torna-se mais fácil a identificação do conceito, valor ou sentimento que pretende representar, através da análise dos contextos e das situações em que essas representações têm lugar.

Nesta medida, as análises em matéria de expressão simbólica são facilitadas pelas recolhas *multimedia* dos referidos contextos<sup>9</sup>. Um caso típico de aplicação é o estudo de festividades que envolvam forte participação popular. O caso das festas de ocorrência cíclica é particularmente interessante, na medida em que os elementos de carácter tradicional são progressivamente contaminados por novas ideias, hábitos ou comportamentos, formando sincretismos complexos que ilustram bem a forma como evolui a vida espiritual e social de grupos e de comunidades.

Justifica-se assim que o estudo das festas tenha de recorrer a dados mediatizados, numa tentativa de análise de um retrato da realidade que se deseja tão fiel e completo quanto possível<sup>10</sup>.

<sup>9</sup> Marie France Guesquin (Centre d'Ethnologie Française, CNRS) evidencia da melhor maneira o tratamento mediatizado da investigação que realizou na região Nord/Pas-de-Calais, em que o tratamento do simbólico é aprofundado pela imagem, pelo som e pela escrita (ver *a*) três videogramas: «Le Temps des Reuze», 1984, 16 minutos; «Meneurs en Ruelles», 1985, 22 minutos; «La Femme et le Tambour», 1985, 18 minutos; e *b*) «La Ville et l'Effigie. Emblématique et Identités Urbaines dans le Nord de la France au xx<sup>ème</sup> siècle»].

<sup>10</sup> Duas séries de videogramas editados pela Universidade Aberta ilustram as técnicas de mediatização de resultados de pesquisa etnológica junto de audiências alargadas: a série FES-

## COMUNICAÇÃO MULTIMEDIA E INTERACTIVIDADE

Os pontos anteriormente levantados, em jeito de reflexão que pretende ser apenas introdutória para o desenvolvimento da utilização racional dos *media*, ou das técnicas de mediatização, em todas as circunstâncias em que se deve manifestar o discurso científico, são apenas alguns dos muitos que mereceriam ser analisados. No entanto, pelo menos duas outras questões devem ser abordadas, mesmo que brevemente, por constituírem tendência óbvia da evolução metodológica e técnica da mediatização: o discurso *multimedia* e a situação de interactividade (Armando Rocha Trindade *et al.*, 1988, pp. 71-76).

O primeiro constitui uma extrapolação natural da crescente acessibilidade de equipamentos de tipos muito diversos, associada à trivialização do seu uso: tornou-se assim corrente diversificar os *media* utilizados para tratamento de um mesmo tema, conjugando os correspondentes discursos (*audio*, *video*, *scripto* ou informático) em regime de complementaridade, tanto na recolha de dados brutos, como na apresentação elaborada de resultados para ensino ou para difusão cultural.

Nasce assim a noção de comunicação científica *multimedia*, potencialmente mais rica — em termos de mais bem adaptada a uma realidade multiforme — do que a simples soma dos discursos dos *media* utilizados: isto porque o discurso *multimedia* é gizado e compatibilizado *a priori* sob a forma de comunicação integrada, na qual os pontos fortes de cada *medium* se utilizam para compensar as fraquezas intrínsecas dos outros.

Complementa-se, assim, o livro com o registo *audio*, ou o programa de computador; ou o videograma com o registo separado da sua banda sonora e com o texto explicativo ou de informação complementar que não tenha sido possível transmitir através da imagem.

Para o investigador, a riqueza do arquivo escrito ou da biblioteca aumenta com a disponibilidade dos correspondentes bancos de dados informatizados, sonoros ou videográficos, passando a constituir o que pode designar-se por *mediateca*<sup>11</sup>. A utilidade desta será tanto maior quanto maior cuidado tenha sido investido na sua classificação e indexação (Jean-Dominique Lajoux, 1979, p. 199).

---

TAS, constituída por cinco videogramas de 30 a 60 minutos («Festival do emigrante em Fermentelos», 1985; «Peregrinação dos emigrantes. Fátima», 1985; «Romaria de Nossa Senhora dos Remédios. Lamego», 1985; «Festas do povo em Campo Maior», 1986; «Inauguração do monumento do emigrante. Sul», 1986), de Maria Beatriz Rocha-Trindade; e a série O SONHO DO EMIGRANTE, constituída por quatro videogramas de 30 minutos cada («Mudam-se os tempos, mudam-se as paisagens»; «Casa portuguesa, casa estrangeira»; «Somam-se as pátrias»; «Regresso: mito e realidade»), de Maria Beatriz Rocha-Trindade e Helena Roseta.

Textos escritos e colecções de diapositivos facultam a utilização deste material em contexto educacional, sob a forma de blocos *multimedia*.

Veja-se ainda: «A presença dos ausentes» (Maria Beatriz Rocha-Trindade, 1988), in *Sociedade e Território*, número especial sobre a emigração portuguesa, texto que também é acompanhado de uma colecção de diapositivos sobre a matéria tratada.

<sup>11</sup> As vocações das mediatecas podem ser muito diversas: repositórios de dados mediatizados para uso de profissionais de produção ou realização de novos produtos; banco de dados à disposição de estudiosos; mediatecas escolares para apoio documental às actividades lectivas; mediatecas destinadas à intervenção social, nos domínios da educação de adultos, em domínios gerais ou sob forma de acções específicas, como a formação profissional (v. revista trimestral *CinemAction*); finalmente, mediatecas «públicas», servindo fins de estímulo à difusão cultural e ao preenchimento dos tempos livres.

A interactividade corresponde a uma outra dimensão que pode ser acrescentada aos sistemas e suportes de informação mediatizada, sobretudo quando os dados possam ser introduzidos em memória de computador ou em suportes de leitura magnética ou óptica de grande capacidade de armazenagem (disco rígido e disco compacto-CD). Nessas circunstâncias, a associação desses repositórios de informação a sistemas informáticos algo sofisticados permite ao utilizador *interagir* com a informação disponível, modificando-a e elaborando-a no sentido que lhe seja desejável. Assim, a lista de dados estatísticos transforma-se em histograma e este em representação cartográfica colorida em tons associados aos intervalos de frequências; a imagem fixa torna-se animada por via de programação informática; as notas musicais podem ser traduzidas, automaticamente, em pauta escrita; a palavra oral pode aparecer escrita e, subseqüentemente, traduzida noutra língua.

Algumas destas aplicações estão ainda em fase experimental, sendo previsível que tenham de decorrer ainda alguns anos para que as correspondentes facilidades em equipamentos e em *software* apareçam trivialmente à disposição dos utilizadores. Mesmo assim, o admirável mundo novo das novas tecnologias da comunicação continuará a ter as suas fronteiras sempre empurradas para mais longe e mais para o futuro; competirá aos cientistas, para quem a comunicação é o meio natural de extroverter as suas criações científicas, educacionais e culturais, desenvolver um esforço permanente de acompanhamento do progresso das novas formas de mediatização.

#### BIBLIOGRAFIA

- CinémAction*, Paris, Filméditations. (Coleção desta revista).
- CHIVA, Isaac, 1985, «George-Henri Rivière. Un Demi-Siècle d'Ethnologie de la France», in *Terrain*, n.º 5, Carnets du Patrimoine Ethnologique, Ministère de la Culture, pp. 76-83.
- COLLIER JR., John, 1967, *Visual Anthropology*, Nova Iorque, Holt, Rinehart, and Winston, 138 pp.
- COSTA, Rovílio, 1976, *A Antropologia Visual da Imigração Italiana*, Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Universidade de Caxias do Sul, 221 pp.
- EGLY, Max, 1984, *Television Didactique: Entre le Kitsch et les Systèmes du Troisième Type*, Paris, Edilig, 125 pp.
- FREUND, Gisèle, 1974, *Photographie et Société*, Paris, Éditions du Seuil, 224 pp.
- GUESQUIN, Marie France, 1987, «La Ville et l'Effigie. Emblématique et Identités Urbaines dans le Nord de la France au XX<sup>ème</sup> Siècle», in *Revue du Nord*, n.º 274, Julho/Setembro, pp. 659-677.
- HOLMBERG, Börje, 1985, *Status and Trends of Distance Education*, 2.ª ed. revista, com bibliografia alfabética e sistemática, Lund, 270 pp.
- LAJOUX, Jean-Dominique, 1979, «Film Ethnographique et Histoire», in *Cahiers de l'Homme, Ethnologie, Géographie, Linguistique*, Paris, Mouton, 169 pp.
- LAGRANJE, Marie-Salomé, 1975, *Code pour l'Analyse des Filmes Ethnographiques*, Paris, Centre National de la Recherche Scientifique, 135 pp.
- ROUCH, Jean, 1968, «Le Film Ethnographique», in *Ethnologie Générale*, Burges, Gallimard, pp. 429-471.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, 1989, «A presença dos ausentes», in *Sociedade e Território. Espaço: Emigração e Retorno*, ano 3, n.º 8, Fevereiro, pp. 8-16.
- TÊTU, Michel, 1983, alocução de encerramento do Prof. Michel Têtu, in *Comunicação de Massas e Ensino a Distância: Actas da Conferência Internacional e Seminário* (versão nas línguas originais: português, francês, inglês), Lisboa, Instituto Português de Ensino a Distância, 280 pp.

- TRINDADE, Armando Rocha, 1986, «La Contraction du Temps», in *DIMED 86, Discurso dos Media e Ensino a Distância. Actas do Colóquio* (comunicações em francês e inglês), Lisboa, Instituto Português de Ensino a Distância, pp. 61-71.
- TRINDADE, Armando Rocha, ed. al., 1988, *Novas Tecnologias no Ensino-e na Educação. Relatório*, Lisboa, Gabinete de Estudos e Planeamento, Ministério da Educação, 105 pp.
- YOUNG, Colin, 1988, «Documentary and Fiction, Distortion and Belief», in *Senri Ethnological Studies*, n.º 24, Osaka, National Museum of Ethnology, pp. 7-30.